

REUNIÃO DE REPRESENTANTES

09 DE JUNHO
DE 2017



PAUTA:

I - INFORMES

II - REFORMA DA PREVIDÊNCIA E QUESTÃO SALARIAL

I - INFORMES

1 - CONCURSOS: CONVOCADOS PARA ESCOLHA DE VAGAS PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO

A realização de concursos periódicos para cargos integrantes do Quadro dos Profissionais de Educação é conquista histórica do SINPEEM, que defende a investidura em cargos públicos por meio de concurso de provas e títulos. Esta conquista foi obtida com a Lei nº 11.229, em 1992, e ratificada nas Leis nº 11.434/1993 e nº 14.660/2007. Portanto, a realização de concursos e a convocação dos aprovados para escolha de vagas e provimento dos cargos vagos fazem parte da luta permanente do SINPEEM.

Durante as negociações da campanha salarial de 2017, o SINPEEM cobrou da Secretaria Municipal de Educação (SME) a convocação dos candidatos aprovados no concurso público realizado em 2016 para os cargos de professor de ensino fundamental II e médio.

Pressionamos e também fizemos constar no Protocolo de Negociação o compromisso do governo de convocação destes profissionais e, no dia 26 de maio a SME publicou no Diário Oficial da Cidade a chamada de mais de 1.700 professores de ensino fundamental II e médio para a escolha de vagas em junho.

A próxima chamada de professores de ensino fundamental II e médio está prevista para ocorrer no mês de outubro.

A relação dos candidatos convocados está disponível para consulta nas páginas 36 a 42 do DOC de 26 de maio de 2017 (www.imprensaoficial.com.br).

O SINPEEM continua pressionando para que todos os aprovados em concurso sejam chamados e pela reali-

zação de novos concursos para docentes, gestores e Quadro de Apoio.

1.1 - Professores de educação infantil

Em 09 de maio a SME publicou nas páginas 51 e 52 do DOC a convocação de candidatos aprovados em concurso para professor de educação infantil.

A escolha de vagas para o provimento dos cargos será realizada no dia 14 de junho. Os cronogramas de escolha para os cargos de professor de educação infantil e professor de ensino fundamental II e médio podem ser consultado no site do SINPEEM.

2 - CRIAÇÃO DE CARGOS DE SUPERVISOR ESCOLAR

A expansão da rede escolar do município de São Paulo exige a ampliação da quantidade de cargos de supervisor escolar. Cargo que integra a classe II da carreira do magistério, provido por meio de concurso de acesso, já realizado, com centenas de aprovados aguardando a convocação para a escolha.

Para atender a esta exigência, tramita na Câmara Municipal, já aprovado em primeira votação, o Projeto de Lei nº 574/2016.

O SINPEEM continuará o trabalho já realizado, que garantiu a aprovação em primeira votação, para que o projeto seja aprovado em segunda e última votação. Também continuará atuando para que os aprovados nos concursos em vigência sejam convocados para escolha da vaga, posse e início do exercício no cargo.

3 - PL Nº 68/2017 CONTÉM REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA APROVADAS EM CONGRESSO E ASSEMBLEIA GERAL DO SINPEEM

Tramita na Câmara Municipal, desde fevereiro de 2017, o Projeto de Lei nº 68, que dispõe sobre alterações na Lei nº 14.660/2007, visando assegurar:

1 - aplicação da lei federal que destina 33% da jornada de trabalho docente para hora/atividade;

2 - direito para os professores de educação infantil, que atualmente atua exclusivamente nos CEIs, poderem optar pela mudança de denominação do cargo para professores de educação infantil e ensino fundamental I, podendo, por meio de remoção, atuarem também em Emeis e Emefs.

3 - direito para os professores de educação infantil (PEIs) que optarem pela mudança para professor de educação infantil e ensino fundamental I retornarem à denominação de PEI, com a mesma jornada e composição deste cargo (J-30 = 25 horas e cinco horas/atividade);

4 - isonomia e equidade entre professor de educação infantil (CEIs) e professor de educação infantil e ensino fundamental I (Emeis e Emefs);

5 - fixação da Jeif como a jornada do cargo de todos os professores de CEIs, Emeis, Emefs, Emefms, Ciejas e Emebss, com direito à opção anual pela JBD.

Observação:

- atualmente, a JBD é a jornada do cargo dos professores de Emeis, Emefs, Emefms e Emebss. A opção pela Jeif ocorre anualmente e a inclusão nesta jornada depende de sala ou bloco de 25 horas/aula para regência. A J-30 é a jornada do cargo de PEIs. O PL nº 68/2017 fixa a Jeif como jornada do cargo docente, para assegurá-la, com sua respectiva remuneração, para todos os professores, independentemente de estarem em regência ou como “módulo”. E, anualmente, ao contrário do que ocorre hoje, a opção será para aqueles que quiserem declinar da Jeif, caindo para JBD. Assim, ficará garantido que os atuais PEIs que fizerem a opção para Peifs poderão se remover para Emeis e Emefs sem perda da remuneração pela Jeif. O PL também garante a inclusão na Jeif para todos os demais professores, conforme temos aprovado em nossos congressos (Jeif para todos que por ela optarem);

6 - hora/aula e hora/atividade com duração de 45 minutos também para todos os docentes dos CEIs;

Importante: a transformação pela mudança de PEI para Peif será opcional, assegurando todos os direitos da carreira, jornada e remuneração.

O PL tramita nas Comissões Permanentes da Câmara Municipal e ainda demandará tempo para a sua votação em plenário.

4 - PRIVATIZAÇÃO

Durante a tramitação da Lei nº 16.651/2017, que criou o Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias e o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, foi incluído parágrafo ao inciso II do artigo 2º do então projeto, para assegurar, que as unidades educacionais da rede municipal de ensino e as que venham a ser criadas sejam excluídas do programa de desestatização.

Importante e preventiva alteração, visto que a terceirização e a privatização deixaram de ser políticas de um único governo.

A terceirização vem se expandindo em todos os governos, ao ponto de, atualmente, somente 19% do total de crianças de zero a três anos de idade estarem frequentando os CEIs diretos.

Junto com esta proibição, também foi encaminhado projeto de lei, que tramita na Câmara, para que a Prefeitura retome para a sua gestão 357 prédios que estão sob a administração indireta.

5 - PRÊMIO DE DESEMPENHO EDUCACIONAL

Assegurado o pagamento do Prêmio de Desempenho Educacional (PDE), com valor total de R\$ 2.640,00, ainda estão em discussão os critérios para o cálculo do valor institucional de cada unidade e individual para os profissionais de educação.

O SINPEEM defende o pagamento integral para todos. Mas, a SME quer vincular o valor individual à frequência e à taxa de ocupação escolar.

Para o pagamento do prêmio há exigência de decreto regulamentador que, segundo a SME, deve ser publicado neste mês.

Não aceitamos que os critérios sejam retroativos ao início do ano letivo nem descontos por licenças, faltas abonadas e afastamentos autorizados.

II – REFORMA DA PREVIDÊNCIA E QUESTÃO SALARIAL

A - 27º CONGRESSO DO SINPEEM APROVA PLANO DE LUTAS

Em outubro de 2016, durante o 27º Congresso do SINPEEM, aprovamos o nosso Plano de Lutas para 2017, tendo em vista o cenário político e econômico do Brasil.

Entre as reivindicações aprovadas estão: posição contrária às reformas da Previdência e trabalhista, não à PEC do teto para os gastos públicos, não à desvinculação das receitas destinadas à educação; fim da bolsa empresário, que custa R\$ 224 bilhões aos cofres da União, e contra a reforma fiscal, com ônus que recaem sobre os trabalhadores; fim das desonerações, anistias fiscais e isenções para empresas, bancos e financeiras; não ao PL 257/16, que repassa os custos da renegociação das dívidas dos Estados e do Distrito Federal para os serviços e os servidores públicos; não à instituição do Sampaprev; defesa da escola pública estatal, gratuita, laica e de qualidade social para todos, em todos os níveis e modalidades; não aos projetos de lei que querem instituir a proposta de “Escola sem partido”, não à proposta de reforma do ensino médio; não à desvinculação de receitas para a educação, saúde e segurança social; não às parcerias, terceirizações e privatizações da educação; e verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas, além do atendimento a todas as reivindicações específicas da categoria.

B - SINPEEM PARTICIPA DO 33º CONGRESSO DA CNTE E APROVA PARTICIPAÇÃO NA GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Com o Plano de Lutas e a pauta de reivindicações para 2017 definidos, o SINPEEM participou, em janeiro deste ano, do 33º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realizado em Brasília.

Na oportunidade, na avaliação da conjuntura política atual, tivemos aprovação unânime ao defendermos a importância da realização de ações unificadas nacionalmente para barrar os ataques do governo Temer aos direitos dos trabalhadores e aos serviços de educação, saúde, previdência e assistência social.

Durante o congresso, também foi aprovada, por unanimidade, a realização da greve nacional da educação como ação determinante em defesa da aposentadoria especial do

magistério, dos servidores públicos e de todos os demais trabalhadores da iniciativa privada.

C- DECISÕES SÃO RATIFICADAS EM REUNIÕES DE REPRESENTANTES E DO CONSELHO DO SINPEEM

Atendendo às decisões deliberadas tanto no Congresso do SINPEEM, em outubro de 2016, como no Congresso da CNTE, em janeiro deste ano, já nas primeiras reuniões de representantes e do Conselho Geral, ocorridas em fevereiro, ratificamos a nossa posição contra a reforma da Previdência, que retira direitos dos profissionais de educação, dos demais servidores públicos e dos trabalhadores em geral.

Também foi ratificada a posição contrária às reformas trabalhista e do ensino médio, ao Sampaprev e por valorização salarial e profissional. Aprovamos, ainda, a participação do SINPEEM nas atividades convocadas pela CNTE para o dia 08 de março e, principalmente, na greve nacional da educação, com início em 15 de março.

D - 08 DE MARÇO: SINPEEM CONVOCA E MILHARES VÃO ÀS RUAS

Na primeira paralisação de 2017, mais de 20 mil profissionais de educação atenderam à convocação do SINPEEM e participaram de manifestação na praça Oswaldo Cruz para protestar contra a reforma da Previdência, do governo Temer; o Regime de Previdência Complementar (Sampaprev), do Executivo municipal; e em defesa dos direitos e reivindicações da categoria, que tem data-base em maio.

Em assembleia, a categoria ratificou a participação do SINPEEM na greve nacional da educação, a partir de 15 de março, convocada pela CNTE.

E - 15 DE MARÇO: COMEÇA A GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Novamente, milhares de profissionais de educação, em mais uma demonstração de que somente com união a categoria se fortalece para lutar contra a retirada de direitos dos trabalhadores, deram início à greve nacional da educação e participaram da manifestação e assembleia, em frente à Prefeitura.

Sem perder de vista a campanha salarial, com reivindicações específicas da categoria, que tem data-base em maio, o SINPEEM entregou a pauta de reivindicações ao governo Dória.

Em assembleia, os presentes aprovaram a continuidade da greve e realização de nova manifestação e assembleia em 21 de março.

F - 21 DE MARÇO: PRESSÃO DOS TRABALHADORES FAZ TEMER RECUAR E ANUNCIAR MUDANÇAS NA PEC 287

Em função da pressão dos trabalhadores em todo o país, no dia 21 de março o governo Temer recuou e anunciou a primeira mudança na PEC da Previdência, com a retirada dos servidores municipais e estaduais da reforma.

O projeto original só excluía militares das Forças Armadas, bombeiros e policiais militares.

De acordo com o presidente, vários Estados já haviam começado a reformular a Previdência estadual e “seria uma invasão de competência. Sendo assim, funcionários estaduais dependerão da manifestação do seu governo estadual ou do governo municipal”.

G - 21 DE MARÇO: LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA CONTINUA

Em greve e tendo como centralidade as reformas da Previdência, trabalhista e do ensino médio, do governo Temer, e a retirada do projeto de lei que prevê a criação do Sampaprev na Prefeitura de São Paulo da Câmara Municipal, a categoria realizou manifestação e assembleia, novamente com a participação de milhares de profissionais de educação, que também foram às ruas para reivindicar o atendimento às reivindicações que constam na pauta entregue ao governo Dória em 15 de março.

Entre as reivindicações, questões salariais, como a valorização dos pisos do Quadro dos Profissionais de Educação (QPE) e aumento real dos salários; condições de trabalho, saúde, combate à violência; questões funcionais, inclusive com itens específicos para o Quadro de Apoio; organização das escolas e formação.

Apesar do anúncio do presidente Temer da retirada dos servidores municipais e estaduais da Previdência, firmes na luta e com a certeza de que somente a união e luta dos trabalhadores são capazes de barrar as medidas pretendidas pelo governo, os profissionais de educação associados ao SINPEEM, mesmo sem a participação de outros sindicatos de São Paulo, aprovaram, em assembleia, manter a decisão deliberada no congresso da CNTE e dar continuidade à greve nacional da educação, convidar a população para participar de ato em 25 de março, na avenida Paulista, e realizar manifestação e assembleia em 27 de março.

H - 23 E 24 DE MARÇO: SINPEEM REALIZA ATOS REGIONAIS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E O SAMPAPREV

Nos dias 23 e 24 de março o SINPEEM realizou atos regionais em toda a cidade – conforme deliberado na assembleia de 21 de março – contra a reforma da Previdência (PEC 287/16), do governo Temer; e o Projeto de Lei nº 621/16, em tramitação na Câmara Municipal, que institui o Regime de Previdência Complementar (Sampaprev) para os servidores públicos da Prefeitura.

As atividades estavam previstas desde o início da greve nacional da educação contra o ataque frontal aos direitos sociais e trabalhistas, conquistados com muita luta de todos os trabalhadores.

I - 25 DE MARÇO: MILHARES PARTICIPAM DE ATO PROMOVIDO PELO SINPEEM NA PAULISTA

Profissionais de educação associados ao SINPEEM, pais, alunos, representantes de movimentos sociais e a população em geral participaram, em 25 de março, do ato promovido pelo SINPEEM contra as reformas da Previdência, trabalhista e todas as medidas que prejudicam os brasileiros.

Após a concentração no vão livre do Masp, na avenida Paulista, os manifestantes realizaram passeata pelas principais vias da cidade com palavras de ordem contra as reformas e em defesa dos direitos dos trabalhadores.

J - 27 DE MARÇO: CATEGORIA DECIDE MANTER A GREVE

Em greve desde o dia 15 de março, milhares de docentes, gestores e profissionais do Quadro de Apoio, convocados pelo SINPEEM, voltaram às ruas no dia 27 de março e participaram de manifestação e assembleia contra as reformas da Previdência, trabalhista e do ensino médio, contra o Sampaprev e em defesa dos direitos de todos os trabalhadores.

Apesar da luta dos trabalhadores ter começado a surtir efeito, com o anúncio do governo federal, em 21 de março, de que os servidores municipais e estaduais seriam retirados da reforma da Previdência, a categoria decidiu, em assembleia, manter a greve contra a PEC 287, bem como pela retirada da Câmara Municipal do projeto de lei que cria o Sampaprev, entre outras medidas.

J.1 - Governo Doria apresenta propostas

Além das questões nacionais, também cobramos do governo Doria o atendimento à pauta de reivindicações da categoria, com data-base em maio, que inclui: aplicação, sobre todos os padrões de vencimentos, de ativos e aposentados com direito à paridade, de 5% em maio e de 3,7619% em novembro deste ano; fixação de novos pisos salariais, conforme previsto no artigo 100 da Lei nº 14.660/2007; isonomia entre ativos e aposentados, redução do número de alunos por sala/turma/agrupamento, reorganização do quadro e carreiras do pessoal de apoio operacional e técnico-administrativo da educação, redução da jornada de trabalho do Quadro de Apoio sem redução de salários, ampliação da rede física para o atendimento à demanda, realização de concursos, contra a exigência do Cref para os professores de Educação Física, inclusão na Jeif a todos que por ela optarem, entre outros itens.

Em reunião com a comissão do SINPEEM, o governo Doria reconheceu a legitimidade da pauta de reivindicações e anunciou:

1 - criação de grupos de trabalho: para discutir, nas reuniões da Mesa Setorial de Educação questões sobre saúde dos profissionais de educação, segurança e violência nas escolas, infraestrutura, Quadro de Apoio e transformação dos cargos de professor de educação infantil em professor de educação infantil e ensino fundamental I;

2 - saúde: afirmou que já estava em discussão a devolução do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) para os servidores. Também destacou a intenção do governo de retomar os programas de atenção à saúde dos servidores, com a adoção de medidas para agilizar o atendimento e o agendamento de perícias no Departamento de Saúde do Servidor (DESS);

3 - SAMPAPREV: assegurou que não há interesse do governo em agilizar a votação do PL na Câmara;

4 - valorização dos pisos: pediu prazo para analisar a proposta;

5 - reajustes sobre os padrões: garantiu a aplicação de 5% em maio e de 3,7619% em novembro sobre os padrões de vencimentos previstos em lei.

O presidente do SINPEEM, Claudio Fonseca, fez considerações às propostas apresentadas e solicitou que fossem incluídos no documento o pagamento do Prêmio de Desempenho Educacional em duas parcelas, a convocação dos professores de ensino fundamental II e médio; prazo para a fixação do aumento dos pisos e pagamento dos dias parados.

K - 30 DE MARÇO – SINPEEM REALIZA MANIFESTAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL CONTRA O SAMPAPREV

No dia 30 de março, o SINPEEM realizou manifestação em frente à Câmara Municipal. Mais do que acompanhar a visita do prefeito João Doria ao Legislativo – ocasião em que entregou o Plano de Metas de seu governo para apreciação dos vereadores –, os profissionais de educação protestaram contra a criação do SAMPAPREV e pediram a retirada do projeto de lei da Câmara.

O SAMPAPREV fixa como valor máximo para aposentadoria dos servidores o mesmo teto do INSS, hoje de R\$ 5.531,31.

K.1 - Projeto foi apresentado pelo ex-prefeito Haddad

A primeira tentativa de criar o SAMPAPREV (Regime de Previdência Complementar) na Prefeitura de São Paulo foi apresentada pelo ex-prefeito Haddad, em 2015.

Contrário à proposta, o SINPEEM reivindicou e, na campanha salarial de 2016, fez constar no Protocolo de Negociação que o PL não seria votado naquele ano. No entanto, descumprindo o acordado com o sindicato, em maio de 2016 a Câmara realizou audiência pública para debater a criação do SAMPAPREV. A categoria reagiu e realizou paralisação, manifestação e assembleia em 26 de agosto, para pressionar o governo. Pressionado, Haddad solicitou a retirada do projeto da Câmara.

Porém, em 28 de dezembro de 2016, três dias antes de deixar o governo, Haddad protocolou novamente o mesmo PL na Câmara, desta vez como Projeto de Lei nº 621/2016, que estabelece o mesmo teto do INSS para os servidores.

A retirada deste projeto da Câmara está entre as principais reivindicações da pauta da campanha salarial deste ano, mas o governo Doria afirmou que não há qualquer intenção de acelerar a sua tramitação na Câmara Municipal.

Informamos que estamos atentos e que, a qualquer sinal de que esta proposta entrará na pauta de votação, convocaremos a categoria para exigir a sua retirada do Legislativo.

L - 31 DE MARÇO: CATEGORIA DECIDE EM ASSEMBLEIA NÃO REJEITAR PROPOSTA DO GOVERNO DORIA, SUSPENDER A GREVE E MANTER A LUTA CONTRA AS REFORMAS DE TEMER

Após 17 dias de greve, além da paralisação ocorrida em 08 de março, milhares de profissionais de educação novamente marcaram presença na manifestação convocada pelo SINPEEM, para protestar contra as medidas do governo federal que atingem os trabalhadores e para cobrar da administração municipal o atendimento às reivindicações da categoria.

L.1 - Governo atende ao sindicato e se compromete em pagar os dias parados

Em reunião com a comissão do SINPEEM, o governo ratificou sua proposta apresentada em 27 de março e incluiu adendo ao Protocolo de Negociação com os seguintes itens:

1 - Prêmio de Desempenho Educacional: o pagamento do benefício está previsto no orçamento e será cumprido;

2 - fixação dos pisos remuneratórios em maio, conforme previsto no artigo 100 da Lei nº 14.660/2007: os novos pisos deverão ser definidos no mês de abril e aplicados a partir de maio;

3 - pagamento dos dias parados: o governo assegurou o pagamento dos dias de greve da categoria, mediante o compromisso de reposição, com a interrupção da greve;

4 - convocação dos professores de ensino fundamental II e médio aprovados em concurso: a chamada está prevista para o mês de junho de 2017, mas poderá ser antecipada para maio, dependendo da disponibilidade de recursos orçamentários, de aspectos administrativos e capacidade de organização da chamada;

5 - criação de salas de aula para as Emeis e organização dos espaços nas unidades: atendimento integral, sendo a sua aplicação apresentada na Mesa Setorial da Educação.

Em assembleia, a categoria decidiu não rejeitar as propostas do governo, suspender a greve, manter a negociação com o governo Doria, manter a luta contra as reformas do governo Temer, participar da greve geral em 28 de abril e de todas as atividades programadas e convocadas pela CNTE.

L.2 - Comandos de greve do SINPEEM atuaram em todas as regiões da cidade

Durante a greve da categoria os comandos de greve do SINPEEM realizaram atividades em todas as regiões da cidade, mobilizando os profissionais para participarem das atividades promovidas pelo sindicato e orientando a população sobre as medidas pretendidas pelos governos federal e municipal, que atingem os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa privada.

L.3 - Sindicato realizou seminários sobre a reforma da Previdência

Também foram realizados três seminários sobre a PEC 287, que trata da reforma da Previdência – nas Zonas Sul, Leste e Centro –, com a finalidade de esclarecer as principais dúvidas dos profissionais de educação e municiar os educadores para a continuidade da greve.

M - 06 DE ABRIL: PRESSÃO DOS TRABALHADORES FAZ TEMER APRESENTAR OUTRAS MUDANÇAS NA PEC DA PREVIDÊNCIA

A pressão dos trabalhadores, com o grande movimento realizado pelo SINPEEM em São Paulo – com a participação expressiva dos profissionais de educação e da população nas nossas mobilizações, inclusive com a greve realizada entre os dias 15 e 31 de março –, dos movimentos sindicais e sociais e dos seus próprios aliados no Congresso Nacional fez o governo Temer apresentar outras mudanças à PEC da Previdência, com a flexibilização de cinco pontos: aposentadoria de trabalhadores rurais, benefícios de prestação continuada (BPC), pensões, aposentadoria de professores e policiais e regras de transição.

De acordo com o novo Substitutivo, a regra de transição fixa em 60 anos a idade mínima para o professor, de ambos os sexos. Para quem já está em exercício, 50 anos para mulheres e 55 anos para homens, com 25 anos de contribuição, somados a 30% a mais no tempo de contribuição que falta para se aposentarem pela regra atual. Idades que aumentarão a cada dois anos, até atingirem a exigência de idade mínima de 60 anos, prevista no Substitutivo.

Ainda assim, a proposta continua atacando frontalmente e mexendo com direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo dos anos.

N - 28 DE ABRIL: SINPEEM PARTICIPA DA GREVE GERAL E COBRA O CUMPRIMENTO DO PROTOCOLO DE NEGOCIAÇÃO

Após a paralisação de 8 de março e a greve realizada entre os dias 15 e 31 de março, sem arredar o pé da luta e atendendo à convocação da CNTE e das demais centrais sindicais, no dia 28 de abril o SINPEEM participou da greve geral contra a reforma da Previdência, levando milhares de profissionais de educação para as ruas.

E, dando continuidade à campanha salarial, na manifestação realizada no Viaduto do Chá, o presidente cobrou os compromissos assumidos pelo governo Doria em Protocolo de Negociação.

Em resposta, o governo garantiu que publicaria em maio a portaria de pagamento e reposição dos dias parados. Ratificou o pagamento do PDE em duas parcelas (a primeira em junho e a segunda em janeiro de 2018), com valor máximo de R\$ 2.640,00, de acordo com a jornada de trabalho, e que as questões sobre saúde e segurança dos servidores, infraestrutura das Emeis, transformação dos cargos de professor de educação infantil em professor de educação infantil e ensino fundamental I, Quadro de Apoio, entre outros temas, seriam discutidos na Mesa Setorial de Educação. Também garantiu a convocação dos professores de ensino fundamental II e médio para o mês de maio, com escolha de vagas prevista para junho.

Sobre o reajuste dos pisos, o governo garantiu que o percentual seria definido e apresentado ao sindicato em 18 de maio, com pagamento retroativo a 01 de maio, e que estava estudando aumento dos valores do vale-alimentação e auxílio-refeição dos servidores municipais.

Em assembleia, os profissionais de educação aprovaram a realização da próxima manifestação e assembleia em 18 de maio, data limite fixada pelo governo Doria para apresentar proposta concreta sobre o reajuste dos pisos remuneratórios.

Também foi aprovada a participação do SINPEEM no movimento Ocupa Brasília, em 24 de maio, contra as reformas do governo Temer, além de participação nas reuniões da CNTE e nas demais manifestações nacionais contra as reformas, convocadas pela entidade.

O - 18 DE MAIO: SINPEEM CONQUISTA REAJUSTE DE 3,71% SOBRE OS PISOS E PAGAMENTO DOS DIAS PARADOS

Em mais uma paralisação dos profissionais de educação, o SINPEEM cobrou do governo Doria o índice de reajuste dos pisos remuneratórios para o Quadro dos Profissionais de Educação, em cumprimento ao artigo 100 da Lei nº 14.660/2007, que determina o aumento dos pisos a cada ano, na data-base da categoria.

Em novo Protocolo de Negociação, foi garantida a aplicação de 3,71% (inflação acumulada) sobre os valores dos pisos dos docentes, gestores e Quadro de Apoio.

O sindicato também fez constar no Protocolo o pagamento dos dias 28 de abril e 18 de maio.

P - INCORPORAÇÕES TAMBÉM ESTÃO GARANTIDAS

Com a nossa pressão e luta, negociamos e garantimos, mais uma vez, a incorporação sobre os padrões de todas as tabelas de vencimentos do percentual de 3,71%, que será aplicado sobre os pisos, preservando as carreiras, as tabelas de vencimentos e, principalmente, a isonomia entre ativos e aposentados com direito à paridade.

Além do aumento nos pisos, asseguramos a aplicação, em maio e novembro deste ano, dos índices conquistados com as nossas lutas realizadas em 2015 e 2016, pagamento do PDE, aumento nos valores do vale-alimentação e do auxílio refeição, entre outros itens relacionados às condições de trabalho, saúde e segurança.

Como a Lei nº 14.660/2007, conquistada pelo SINPEEM, determina que os pisos dos docentes, gestores e do Quadro de Apoio devem ser fixados anualmente na nossa data-base, em 2018, como sempre, não deixaremos de lutar para elevar os valores conquistados neste ano.

ANOTAÇÕES

P.1 - Veja os novos valores dos pisos, e as incorporações aos padrões de vencimentos:

ANO DE 2017				
CARGOS	PISO - ABRIL	PISO - MAIO	REAJUSTE SOBRE OS PADRÕES DE TODAS AS TABELAS DE VENCIMENTOS EM MAIO	REAJUSTE SOBRE OS PADRÕES DE TODAS AS TABELAS DE VENCIMENTOS EM NOVEMBRO
DOCENTES JBD – CAT. 3 JEIF – CAT. 3	R\$ 2.662,36 R\$ 3.549,81	R\$ 2.761,13 R\$ 3.681,50	5%	3,7160%
GESTORES coord. ped. diretor supervisor	R\$ 5.041,49 R\$ 5.717,99 R\$ 6.089,59	R\$ 5.228,52 R\$ 5.930,12 R\$ 6.315,51		
QUADRO DE APOIO agente escolar auxiliar técnico	R\$ 1.374,44 R\$ 1.497,84	R\$ 1.425,43 R\$ 1.553,40		
Observações: 1 - os abonos complementares são pagos para todos os profissionais de educação, ativos e aposentados com direito à paridade, que possuem o valor padrão abaixo do piso; 2 - o percentual de 3.71%, aplicado sobre os pisos, em maio, será incorporado aos padrões de vencimentos em 2019; 3 - os novos valores de pisos serão aplicados após a aprovação de lei pela Câmara Municipal, retroativos a 01 de maio.				
ANO DE 2018				
CARGOS	PISOS - ABRIL	PISOS - MAIO	REAJUSTE SOBRE OS PADRÕES DE TODAS AS TABELAS DE VENCIMENTOS EM MAIO	REAJUSTE SOBRE OS PADRÕES DE TODAS AS TABELAS DE VENCIMENTOS EM NOVEMBRO
DOCENTES JBD – CAT. 3 JEIF – CAT. 3	R\$ 2.761,13 R\$ 3.681,50	A SEREM DEFINIDOS NA DATA-BASE	4,7619%	3,7160%
GESTORES coord. ped. diretor supervisor	R\$ 5.228,52 R\$ 5.930,12 R\$ 6.315,51	A SEREM DEFINIDOS NA DATA-BASE		
QUADRO DE APOIO agente escolar auxiliar técnico	R\$ 1.425,43 R\$ 1.553,40	A SEREM DEFINIDOS NA DATA-BASE		
Observações: 1 - os abonos complementares são pagos para todos os profissionais de educação, ativos e aposentados com direito à paridade, que possuem o valor padrão abaixo do piso; 2 - também reivindicamos que o percentual que for conquistado na data-base de 2018, a exemplo dos anos anteriores, seja incorporado, incidindo sobre os padrões de todas as tabelas de vencimentos do QPE.				
ANO DE 2019				
CARGOS	PISOS - ABRIL	PISOS - MAIO	REAJUSTE SOBRE OS PADRÕES DE TODAS AS TABELAS DE VENCIMENTOS EM MAIO	REAJUSTE SOBRE OS PADRÕES DE TODAS AS TABELAS DE VENCIMENTOS EM NOVEMBRO
DOCENTES JBD – CAT. 3 JEIF – CAT. 3	A SEREM DEFINIDOS NA DATA-BASE DE 2018	A SEREM DEFINIDOS NA DATA-BASE DE 2019	1,90%	1,80%
GESTORES coord. ped. diretor supervisor	A SEREM DEFINIDOS NA DATA-BASE DE 2018	A SEREM DEFINIDOS NA DATA-BASE DE 2019		
QUADRO DE APOIO agente escolar auxiliar técnico	A SEREM DEFINIDOS NA DATA-BASE DE 2018	A SEREM DEFINIDOS NA DATA-BASE DE 2019		
Observações: 1 - os abonos complementares são pagos para todos os profissionais de educação, ativos e aposentados com direito à paridade, que possuem o valor padrão abaixo do piso; 2 - também reivindicamos que o percentual que for conquistado na data-base de 2019, a exemplo dos anos anteriores, seja incorporado, incidindo sobre os padrões de todas as tabelas de vencimentos do QPE.				

P.2 - Reposição: SINPEEM pressiona e portaria é alterada

No dia 03 de maio a SME publicou a Portaria nº 4.063/2017, fixando critérios para a reposição dos dias 08 e 15 a 31 de março, que previa o comprometimento de todo o recesso para as unidades que fizeram a greve integralmente. O SINPEEM não concordou e reivindicou que a portaria fosse alterada.

Após muita discussão, em 17 de maio a SME publicou retificação. Apesar de não atender integralmente ao reivindicado pelo SINPEEM, a Portaria nº 4.489 não obriga mais o uso de todo o período de recesso para reposição.

As unidades poderão utilizar as datas anteriormente previstas para reuniões pedagógicas para reposição de aulas e reprogramar estas reuniões e Conselhos de Classe

para os sábados e/ou utilizar para a reposição, no mínimo, uma semana do período do recesso de julho, em período não coincidente com o do programa “Recreio nas Férias”. Esgotadas estas possibilidades, na existência de dias remanescentes a repor, as unidades podem programar os demais dias de aulas aos sábados, no decorrer do ano.

Para a reposição de aulas, podem ser utilizadas as datas anteriormente previstas para reuniões pedagógicas. Para a EJA, organizada na forma semestral, a reposição deverá ser cumprida, em sua totalidade, no primeiro semestre, assegurando a realização dos dias de efetivo trabalho previstos na legislação em vigor.

As mesmas regras valem para a reposição dos dias 28 de abril e 18 de maio.

Ainda assim, o SINPEEM sempre ratifica seu posicionamento. Conquistamos o pagamento dos dias parados, temos o compromisso com a população de repor e defendemos a autonomia das escolas, por meio de seus Conselhos, para definir sua organização e funcionamento.

Q - 23 E 24 DE MAIO: SINPEEM NA LUTA EM BRASÍLIA

Sob a organização do SINPEEM, que ofereceu transporte e alimentação, centenas de profissionais de educação partiram de São Paulo em caravana para participar do Ocupa Brasília, no dia 24 de maio, convocado pela CNTE e demais centrais sindicais, para pressionar os deputados e senadores a votarem contra as reformas do governo Temer.

R - LUTA CONTRA AS REFORMAS

A luta do SINPEEM – assim como de todos os trabalhadores dos setores público e privado – contra a reforma da Previdência e em defesa dos nossos direitos e dos pré-requisitos atuais para a aposentadoria continua.

O sindicato continuará buscando o atendimento às reivindicações da categoria, bem como para manter e ampliar direitos e conquistas dos trabalhadores da educação e demais servidores.

R.1 - Encaminhamentos:

a) realizar manifestações conjuntas em defesa dos direitos;

b) continuar defendendo, junto à CNTE, que sejam realizados atos em Brasília, em defesa da aposentadoria especial do magistério e a não retirada de direitos previdenciários dos demais servidores e trabalhadores em geral;

c) participar das paralisações, manifestações e greves contra as reformas e em defesa dos direitos, convocadas pela CNTE, CUT e demais movimentos.